

COIMBRA • 2019

64

BOLETIM DE **ESTUDOS
CLÁSSICOS**

ASSOCIAÇÃO
PORTUGUESA
DE ESTUDOS
CLÁSSICOS

INSTITUTO
DE ESTUDOS
CLÁSSICOS

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

FREI JOÃO DOS PRAZERES E O USO DOS CLÁSSICOS NO *ABECEDÁRIO REAL* DE 1692

FR. JOÃO DOS PRAZERES AND THE USE OF THE CLASSICS
IN *ABECEDÁRIO REAL* OF 1692

ANDRÉ TEIXEIRA

MESTRE EM HISTÓRIA - UNIVERSIDADE DE LISBOA

AFCARACOL@GMAIL.COM

ORCID/ORG/0000-0002-6229-322X

ARTIGO RECEBIDO A 10/01/2019 E APROVADO A 07/05/2019

147

Resumo: Neste artigo, pretende-se observar o modo como as obras da Antiguidade Clássica são citadas e com que fins, no *Abecedário Real* (1692) de Frei João dos Prazeres. A questão essencial do artigo é a compreensão do que leva um monge seiscentista a referenciar de maneira tão acentuada os autores da Antiguidade Clássica.

Palavras-chave: Frei João dos Prazeres, *Abecedário Real*, Clássicos, historiografia, cultura política.

Abstract: With this article, we intend to observe how and why the Classical Antiquity works are quoted in the *Abecedário Real* (1692) by Fr. João dos Prazeres. The article's main goal is to understand why a 16th century monk quotes so vehemently the Classical Antiquity authors.

Keywords: Fr. João dos Prazeres, *Abecedário Real*, Classics, historiography, political culture.

O objetivo deste artigo é observar de que maneira os escritos dos autores clássicos foram incorporados e utilizados num texto político do final do século XVII, o *Abecedário Real*, escrito por Frei João dos Prazeres. Depois de perceber o *como*, importará compreender o *porquê* dessas citações. Deste modo, neste artigo, a análise da tradição clássica é empreendida em moldes menos habituais, pretendendo-se efetuar uma abordagem historiográfica sobre esta tradição. Em vez da literatura ou da mitologia, focamo-nos na cultura política. Assim, interessa saber que Frei João dos Prazeres cita determinados autores e compreender de que modo essas citações influenciam o pensamento de Prazeres.

De facto, está-se perante uma importante questão para os historiadores: saber até que ponto os Clássicos influenciam a cultura política da Europa Moderna. Mesmo num contexto mais restrito, esta questão já antes foi levantada para o estudo do próprio Frei João dos Prazeres, num artigo de Martim de Albuquerque¹. Antes disso, centremo-nos na produção científica que se debruça sobre a relação entre os Clássicos e a cultura política moderna. Neste âmbito, consideramos fundamental o trabalho de Anthony Grafton, *Commerce with the Classics* (1997), em que o autor estabelece algumas relações entre os Clássicos e os Renascentistas. Neste livro, Grafton assume que é necessária uma abordagem interdisciplinar da literatura renascentista e, acima de tudo, que os escritores renascentistas têm de ser entendidos na sua dupla expressão leitor/escritor, em vez de se focar apenas em um desses dois aspetos². É relevante constatar que o primeiro exemplo fornecido no livro se trata precisamente da tradução que Lourenço Valla fez da obra de Tucídides³.

Este historiador, porém, não surge isolado neste tipo de abordagem. Anteriormente, nomes como Quentin Skinner ou Peter Burke tinham alertado para a importância deste aspeto na cultura política moderna. Skinner concedeu relevância a esta matéria logo em *The Foundations of*

1 Vide Albuquerque 2001: 1785-sq.

2 Vide Grafton 1997: 7-9.

3 Vide *ibid.*: 11.

the Modern Political Thought (1978)⁴ e Peter Burke, na *Cambridge History of Political Thought* (1991)⁵ evidencia uma vez mais esta problemática. Mas mesmo antes, ainda em 1966, Burke escreveu “A Survey of the Popularity of Ancient Historians, 1450-1700”⁶, o que denota a permanência deste campo de estudos a nível internacional desde a segunda metade do século XX.

Em relação ao caso português, também têm sido desenvolvidas algumas investigações que realçam este ponto. Nos anos 90, Nair Castro Soares escreveu vários estudos em que a relação entre os Clássicos e a cultura política moderna é posta em foco: por exemplo, “Humanismo e História: *Ars Scribendi* e o Valor do Paradigma” (1992)⁷ e *O Príncipe Ideal no Século XVI e a Obra de D. Jerónimo Osório* (1994)⁸. No primeiro título, N. C. Soares realça a relação entre História e Humanismo, associando o desenvolvimento da História em Portugal às leituras dos Clássicos. No segundo, a autora começa precisamente com uma pergunta:

«Como ajuizar das leituras de um escritor do séc. XVI, num domínio – o da educação – em que, pode afirmar-se, a repetição e o lugar-comum deixam submersa ou um tanto difusa a contribuição nova ou original?»⁹

149

O que subjaz de mais importante destas duas leituras é a necessidade, natural e evidente para os classicistas – embora não tanto para os historiadores – de estudar os textos históricos, pedagógicos ou outros, à luz das leituras feitas pelos seus autores, particularmente das leituras

4 A este propósito, observe-se por exemplo a importância conferida por Q. Skinner à discussão acerca de Platão no âmbito da sobrevivência dos valores republicanos. Vide Skinner 1978: 138.

5 Vide Burke 1991: 484.

6 Vide Burke 1966: 135-152.

7 Vide Soares 1992: 153-159.

8 Vide Soares 1994.

9 Vide *ibid.*: 13.

dos Clássicos. Uma vez mais, estamos perante a ideia expressada por A. Grafton (também nos anos 90, mas já depois da publicação de ambos os trabalhos de N. C. Soares): a compreensão do intelectual renascentista na dupla expressão leitor/escritor.

Escrevemos que os historiadores em Portugal têm concedido menos importância a este campo de estudos, em particular no que respeita ao uso dos Clássicos. No entanto, surgem alguns nomes como Diogo Ramada Curto, que atribuiu alguma importância a este tema, embora lhe tenha depois concedido pouco espaço no seu trabalho¹⁰. De facto, após assinalar as diferentes utilizações que podem ser feitas da História – e das suas diversas fontes – Ramada Curto explica que está “longe de um estudo sistemático”¹¹, dedicando por isso pouco espaço a este campo.

Neste contexto, este artigo visa fazer o levantamento de alguns tópicos facilmente observáveis no *Abecedário Real* de Frei João dos Prazeres. O *corpus* de referências e citações de Prazeres concede uma grande importância aos Clássicos, de maneira que se transforma num bom exemplo – e, achamos nós, representativo – do que seria a relação entre a tradição clássica e a cultura política em Portugal no século XVII. De facto, ao estudar o *Abecedário Real*, não se pretende trabalhar um autor e texto que estivessem “à frente do seu tempo”. Pelo contrário, Frei João dos Prazeres é um erudito algo esquecido, de quem nos chegaram apenas três obras (uma delas incompleta) e muito poucos dados biográficos. Mas isto tem as suas vantagens. No *Abecedário Real*, Prazeres não produz nada de novo: ele pretende apenas escrever um texto apelativo para um jovem príncipe tomar conhecimento de forma eficaz os valores cristãos e da correta arte de reinar. Assim, precisamente porque o *Abecedário Real* pouco diverge de outros textos de natureza semelhante – excluindo, claro, a incomum organização alfabética dos discursos – estudar este texto permite observar a influência dos Clássicos na cultura política do

150

¹⁰ Vide Curto 1988: 23-sq.

¹¹ Vide *ibid.*: 23.

final do século XVII, percecionando-se em simultâneo qual a importância de Frei João dos Prazeres em relação a outros autores da sua época. Acresce ainda indicar que para executar esta tarefa partimos do campo de análise da História, em vez dos Estudos Clássicos. Antes de se passar ao estudo do texto deve-se, contudo, evidenciar alguns aspetos da vida de Frei João dos Prazeres.

Frei João dos Prazeres (1648-1709) foi um monge beneditino português cujos livros remontam ao último quartel do século XVII. Nascido em 1648, na cidade do Porto, recebeu o hábito no Mosteiro de Tibães, estudou Filosofia no Colégio de São Miguel de Basto e Teologia no Colégio de São Bento de Coimbra, ambos pertencentes à sua ordem. Desde o início do seu percurso académico, Prazeres demonstrou um grande talento para a escrita e arte da pregação, sendo eleito Cronista Geral e Pregador a 8 de maio de 1683, no Capítulo Geral da Ordem, substituindo Frei Rafael de Jesus, que havia sido nomeado Cronista Geral do Reino. Com esta eleição, como é expresso nas atas capitulares, pretendia-se criar condições para a escrita das obras que o monge prometia¹². Assim, logo nesse ano é publicado o seu primeiro livro, o primeiro volume do *Príncipe dos Patriarcas*, seguido, em 1690, pelo segundo volume¹³ (apesar de esta obra ser originalmente pensada em quatro volumes, mais nenhum conheceria o prelo). Em 1692, é impresso o *Abecedário Real*¹⁴ e, por fim, já em 1696, a *Vida de Santa Gertrudes, a Magna*. Este último livro conhece

151

12 “lhe concedem os priuilegios de Pregador [?], contanto que pregue algũas festas de mayor concurso, visto fazer esta obrigação com toda a satisfasão de modo que ua continuando com todo o labor as obras que promete”. Cf. ANTT [Arquivo Nacional da Torre do Tombo], *Ordem de São Bento*, Congregação de São Bento, liv. 1: fl. 4.

13 Cf. Prazeres 1683; Prazeres 1690.

14 Cf. id. 1692.

ainda uma segunda impressão, quase duas décadas após a morte do autor, em 1728¹⁵.

Ainda que pouco conhecidos atualmente, estes trabalhos foram elogiados pela sua eloquência e pelo seu elevado conteúdo moral, que em muito beneficiava a educação dos príncipes. Isto não é apenas relativo ao *Abecedário Real*, que é um espelho de príncipes, organizado alfabeticamente e composto por sessenta e três discursos, cada um referente a uma virtude que o príncipe deve possuir. Também o *Príncipe dos Patriarcas* deve ser entendido como um manual para a educação de príncipes e como um trabalho introdutório para o *Abecedário Real*, como nota Ilda Soares de Abreu na sua dissertação de mestrado, consagrada precisamente à primeira obra de Prazeres¹⁶. Na realidade, ambas as obras, *Príncipe dos Patriarcas* e *Vida de Santa Gertrudes*, podem ser enquadrados numa tradição hagiográfica com preocupações pedagógicas que, segundo António Camões Gouveia, existia em Portugal durante o século XVII¹⁷.

152

Esta preocupação pela educação do príncipe cristão é o cimento que une a obra de Frei João dos Prazeres. Em simultâneo, autores como Séneca, Cícero ou Plutarco são postos lado a lado com os Padres da Igreja, como Santo Ambrósio, Santo Agostinho ou São Jerónimo, e com teólogos medievais, como São Bernardo ou São Tomás de Aquino. Surge, por isso, uma outra questão: porque eram os escritos da Antiguidade Clássica tão importantes para a educação de um príncipe cristão durante o último quartel do século XVII?

Entre os autores clássicos citados no *Abecedário Real*, encontram-se Aristóteles, Aurélio Victor, Cícero, Claudiano, Demóstenes, Dionísio de Halicarnasso, Epicteto, Flávio Vegécio, Libânio, Lucrécio, Marcial, Petrónio,

15 Na bibliografia, estão indicadas ambas as edições (1696 e 1728). Cf. id. 1696; id. 1728.

16 Vide Abreu 2000: 22.

17 Vide Gouveia 1998: 32. Maria de Lurdes Correia Fernandes também faz referência a esta dupla vocação hagiologia-pedagogia, quando explica a funcionalidade do *Agiologio Lusitano*, de Jorge Cardoso (vide Fernandes 1996: 30).

Platão, Plínio-o-jovem, Plutarco, Procópio, Quintiliano, Quinto Cúrcio Rufo, Salústio, Séneca, Tácito, Tito Lívio, Tucídides, Valério Máximo e Xenofonte, entre vários outros. Muitos destes autores são mencionados apenas uma ou duas vezes, mas há alguns, como Cícero e Séneca, que são citados dezoito vezes cada um, ou Aristóteles (doze vezes), ou Platão e Lívio (seis cada um), ou Demóstenes (cinco), ou Xenofonte (quatro) ou Plínio-o-jovem (três).

Mas porque são tantas vezes referidos estes autores em específico? Anteeem-se múltiplas razões: (a) a própria dinâmica do discurso, entenda-se, questões retórico-discursivas; (b) alguns destes autores fornecem não apenas conteúdo ético-moral, mas também exemplos vindos da Antiguidade Clássica, que são muito conhecidos e fáceis de assimilar pelos leitores do século XVII; (c) estes autores são autoridades nestas matérias, quer pela força da tradição quer pelas ideias políticas do Barroco ibérico.

Vejamos estas hipóteses mais de perto.

(a) Quando escrevemos sobre dinâmica do discurso, referimo-nos à literatura de sentenças. Ou seja, à importância das sentenças escritas pelos antepassados, que são encaradas enquanto figuras de autoridade. Este é um traço muito comum na escrita humanista, uma literatura em que se aproveita estas máximas, integrando-as no novo texto, de modo a produzir um trabalho coeso. Pode-se ainda observar alguns traços desta prática no *Abecedário Real*. Efetivamente, no final do livro, existe uma lista de autoridades que inclui as citações em latim, de um modo muito semelhante às nossas modernas notas de rodapé. Por vezes, contudo, as expressões latinas originais estão completamente integradas no texto em português (com pequenas alterações, para fazerem sentido), como acontece nos seguintes casos, em que apresentamos o texto citado em latim e a versão portuguesa, tal como Prazeres a escreveu no *Abecedário*:

“(15) Per amorem Dei amor proximi gignitur” = “Do amor de Deos nasce o amor do proximo”¹⁸.

18 Cf. Prazeres 1692: 7; 136.

“(10) Liberalitate vitia teguntur” = “a beneficiencia he a capa que os cobre [aos defeitos]”¹⁹.

“(8) Utrumque in vitium est, & omnibus credere, & nulli.” = “se he vicio o crer a todos, igualmente o serà, não dar credito a nenhum”²⁰.

Outro procedimento comum, usado por Prazeres e outros escritores do seu tempo, é escrever o texto e citar autores para justificar as suas afirmações. Estas citações estão no fim do livro ou em notas à margem. No *Abecedário Real*, os exemplos históricos estão geralmente incorporados no texto, sendo depois seguidos pela referência à obra de que foram retirados – geralmente crónicas²¹.

(b) A segunda hipótese consiste na retórica dos exemplos. Não é errado falar de uma literatura de *sententiae et exempla* em que as sentenças dos antepassados são acompanhadas dos seus exemplos. Tal é visível no *Abecedário Real*. Alguns dos autores clássicos mencionados por Prazeres, por exemplo, são historiógrafos e os seus trabalhos são usados como repertórios para justificar os escritos do autor moderno. Ainda assim, vale a pena mencionar que autores coevos de Prazeres são mais frequentemente citados do que os antigos, uma vez que entre alguns intelectuais da época se considerava mais fácil para o príncipe – o leitor – compreender os feitos dos reis portugueses, seus antepassados, do que os das personagens da Antiguidade²².

19 Cf. *ibid.*: 16; 139.

20 Cf. *ibid.*: 22; 142.

21 Citemos alguns exemplos: as *Décadas da Ásia*, de João de Barros, a propósito do rei D. Manuel I (cf. *ibid.*: 14; 139); as vidas que Garcia de Resende, Rui de Pina e Pedro de Mariz escreveram de D. João II (cf. *ibid.*: 23; 142); ou a *Crónica de El-Rei D. Duarte*, a propósito da “*Palavra de Rey*” (cf.: *ibid.*: 36; 148).

22 Observe-se o que escreveu o P.º João de Almeida, da Companhia de Jesus, na censura ao *Abecedário Real*: “& para que a S. A. não sejaõ estranhos os exemplos, lhe poem à vista os dos Senhores Reys seus gloriosos Ascendentes”. Cf. *ibid.*: XIV.

Mas regressemos aos Clássicos. Entre os mais citados no *Abecedário Real*, estão Plutarco, Tito Lívio e Xenofonte. Enquanto os dois últimos podem ser considerados historiógrafos, o mesmo não se pode escrever sobre o primeiro. Alguns dos trabalhos de Plutarco têm um conteúdo historiográfico, outros prendem-se mais com temáticas retóricas ou filosóficas. Obras de ambas as tipologias são citadas por Prazeres: encontra-se referências às *Vidas Paralelas*, onde é inegável a ligação à História e à Biografia, e ao *Banquete dos Sete Sábios*, onde a Filosofia toma a dianteira²³. Ainda assim, mesmo entre os autores menos citados, como Tácito, Tucídides ou Aurélio Victor, a historiografia mantém-se presente. Ao fazer uso dos Clássicos, João dos Prazeres dá especial importância ao papel da História enquanto fonte de exemplos para o escritor.

Perante isto, uma pergunta que se impõe é se estas referências à historiografia, no geral, e à historiografia clássica, em particular, são essenciais para a compreensão da mensagem que o autor quer passar. Defendemos que sim, pelo menos na maioria dos casos. Num texto pedagógico como o *Abecedário Real*, o valor do exemplo é fundamental. Ao escrever para um príncipe e aqueles que poderiam vir a integrar o seu círculo próximo²⁴, os exemplos dos antecessores são fundamentais. São os feitos dos antepassados que concedem validade à forma de atuação que Frei João dos Prazeres identifica como correta. O recurso aos textos historiográficos não é, deste modo, secundário; ao invés, trata-se da aceção da história enquanto mestra da vida, enquanto manancial de exemplos disponíveis para o orador. Nesse sentido, Prazeres utiliza a

155

23 Dois exemplos para esta utilização dos textos podem ver-se em “10. porque se os Reys Lusitanos se aproveitãraõ das offertas, com que em muitas occasiões os Hespanhoes rebeldes a seus legitimos Reys se lhe offerecêraõ feudatarios, forão hoje abominados de toda a Europa”, em que Prazeres cita as *Vidas paralelas* de Sertório e Eumenes (cf. *ibid.*: 42) e “Senhora, a parsimonia he mãy da saude, 6. & alimento do espirito;” (cf. *ibid.*: 81). Se no primeiro caso, Prazeres relata aquilo que considera ser um acontecimento histórico factual, no segundo faz uso de uma máxima teórica presente num texto filosófico.

24 Quando mencionamos ao círculo próximo do jovem príncipe D. João, referimo-nos aos educadores, tutores e confesores que estariam ligados à sua educação.

história para mostrar como as suas máximas são eficazes, seja pelo exemplo positivo, seja pelo negativo, como foi o caso de D. Sancho II. O monge beneditino recorda no *Abecedário Real* que foi o desrespeito deste rei pelas instituições eclesiásticas que o conduziu à desgraça²⁵. Por outro lado, opõe-lhe a quase generalidade dos monarcas portugueses que, por respeitarem a Igreja, sempre colheram largos benefícios²⁶.

No contexto estrito das referências à historiografia clássica, Prazeres faz, por vezes, menção a episódios mais vagos. Exemplo disso é recorrer a Xenofonte quando escreve que “Disserão os Antigos, que o Principe inconstante na palavra, ou era cego, ou surdo”²⁷. Quem disse? Quando o fez? Não se sabe. Aparece apenas um asterisco no final do livro, indicando que aquela seria uma passagem de Xenofonte²⁸. Podemos, então, dividir as citações provenientes de obras historiográficas em dois grupos. Por um lado, os textos da Antiguidade são maioritariamente utilizados como repositórios de máximas ou de lugares-comuns e a referência a esses autores e textos é feita de forma, por vezes, muito vaga ou imprecisa. Tal pode sugerir a eventual ausência de um conhecimento direto desse *corpus* ou o recurso a um quadro referencial clássico que faria parte de uma “cultura geral” de letrados portugueses da época. Por outro lado, as obras historiográficas medievais e modernas são, pelo contrário, utilizadas com um conhecimento aparentemente mais sólido e enquanto fonte explícita de exemplos. Podemos, a este respeito, ilustrar as nossas afirmações com o que acontece no caso específico de D. Sancho II²⁹.

Deste modo, no *Abecedário Real*, as sentenças e os exemplos são absolutamente fundamentais para a criação do texto. Como é expectável

25 Vide *ibid.*: 97-98.

26 Vide *ibid.*: 98.

27 Cf. *ibid.*: 37.

28 Cf. *ibid.*: 148.

29 Vide, por exemplo, as referências a Tito Lívio ou Tucídides presentes nas letras H e M do *Abecedário Real*, respetivamente.

numa obra pedagógica desta época³⁰, o conteúdo original da lavra de Prazeres é bastante reduzido, tentando o autor passar para o príncipe uma aliança entre as máximas dos antigos e os preceitos dos mestres da sua própria época. Impõe-se, por isso, a complementaridade entre sentenças e exemplos, mesmo no recurso às obras historiográficas: os historiógrafos antigos são utilizados como repertórios de máximas, relegando-se a menção a episódios históricos concretos principalmente para os historiógrafos mais próximos dos séculos XVI e XVII. Tal não implica, todavia, que não possam existir exemplos concretos retirados das obras da Antiguidade. Um exemplo disso dá-se quando Frei João dos Prazeres utiliza um breve trecho das *Vidas Paralelas*, a de Sertório, em que o comandante romano afirma não poder colocar as vitórias acima da sua própria honra (Plu., Sert. 23. 7.)³¹. A história configura-se, assim, como o expoente máximo enquanto mestra da vida: mais do que um repositório de exemplos, transforma-se em mais uma importante fonte de máximas, de conselhos, que o futuro governante deve ter em consideração.

157

(c) O terceiro tópico é o mais complexo, tendo sido por isso relegado para último lugar. A importância dos escritores da Antiguidade como figuras de autoridade varia de acordo com a época, o espaço e a pessoa que está a escrever. Por isso, decidiu-se destacar dois pontos: (i.) autores que eram tradicionalmente encarados como fontes de autoridade e utilizados como tal desde a Idade Média, como Cícero e Ovídio, e (ii.) autores que ganharam relevo durante o Humanismo (principalmente o século XVI) e que assumiram uma importância particular no contexto do Barroco peninsular, como Tácito. Abordaremos a presença destes autores no *Abecedário Real*, bem como algumas ausências notórias.

30 Vide, a respeito disso, Lopéz Poza 1990: 61.

31 Vide Prazeres 1692: 42.

Em relação aos escritores mais tradicionais (entenda-se, aqueles que ainda antes do século XVI já retinham uma importância considerável entre os intelectuais), estes estão bem representados no *Abecedário Real* por Cícero e Séneca, Plutarco, Platão e Aristóteles. Existem, contudo, ausências neste primeiro grupo: Horácio e Ovídio, por exemplo, autores frequentemente mencionados nos textos medievais e modernos, apenas surgem uma vez cada um no *Abecedário*. Já Vergílio, à semelhança de Homero, está completamente fora do livro. No que concerne ao segundo grupo, são ainda mais notórias as ausências, como a de Tácito, que Lípsio trouxe para a ribalta, sendo mencionado apenas uma vez em todo o livro de Prazeres.

Isto indica que enquanto o *Abecedário Real* é claramente um espelho das ideias políticas do seu tempo, pouco reflete as referências clássicas conhecidas pelos seus contemporâneos: Frei João dos Prazeres não parece mencionar os autores clássicos mais citados na sua época. Há algumas explicações para este facto, mas é possível que a principal se relacione com dificuldades de acesso de Prazeres aos escritos da Antiguidade. Com efeito, é possível supor que o monge beneditino não tinha um contacto direto com muitas obras clássicas. Tal facto tornou-o dependente dos catálogos de sentenças que geralmente incluíam autores pré-cristãos em conjunto com os Padres da Igreja. Estes catálogos haviam sido publicados principalmente nos tempos áureos do Humanismo, no século XVI, e incluíam as autoridades mais importantes para essa época. Tácito, por outro lado, não está muito presente nestes catálogos. Apesar de este historiógrafo ter bastante importância já no século XVI³², a sua notoriedade no contexto mais estrito da cultura política advém principalmente das traduções de Lípsio, na segunda metade desse século. Por

32 Vide Soares 2017: 32. Consideramos que é possível dividir a importância de Tácito entre dois aspetos distintos. Por um lado, o que é indicado por N. C. Soares, da influência da escrita de Tácito nos textos humanistas. Por outro, aquele que mais importa para este artigo, a influência de Tácito nas ideias políticas, o que ganha especial relevo a partir da publicação das traduções de Lípsio, entre 1574 e 1607 (vide Gajda 2009: 253).

esse motivo, as obras deste historiógrafo tornam-se mais importantes no século XVII e não no XVI.

Apesar de as sentenças deste historiógrafo não estarem tão presentes nestes catálogos, tal não significa que o monge não estivesse familiarizado com Tácito. Pelo contrário, ele conhecia-o e aos seus trabalhos. A base para este argumento foi introduzida por Martim de Albuquerque, num artigo em que analisou a presença de Justo Lípsio no discurso político português seiscentista. A principal referência do autor flamengo era precisamente Tácito, que Lípsio traduziu. Ainda que isso seja apenas visível por breves menções (só uma delas direta)³³, Prazeres conhecia as ideias lipsianas, tendo mesmo usado conceitos nas aceções atribuídas por Justo Lípsio. Por exemplo, a palavra “discrissão” é usada por Prazeres exatamente com o mesmo sentido que o flamengo³⁴. Saiba-se também que as obras de Tácito estavam disponíveis em bibliotecas que Frei João dos Prazeres pôde frequentar durante a sua vida, como a do Mosteiro de Tibães ou do Mosteiro de S. Bento, em Lisboa, quer em edições latinas, quer em traduções³⁵.

159

Do ponto de vista das leituras, Frei João dos Prazeres está mais familiarizado com os Clássicos do que se pode pensar a partir da consulta dos seus escritos. Este raciocínio não é apenas aplicável a Tácito, mas também ao poeta latino do século I, Aulo Pérsio Flaco. Mencionamos este autor por um simples motivo: o único livro – até agora – que é possível provar, sem margem para dúvidas, que passou pelas mãos de Frei João dos Prazeres é uma tradução castelhana da obra deste poeta. A prova encontra-se na Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada (BPARPD), onde se pode ver o livro com a seguinte nota na folha de rosto: *do Cronista-Mor Frei João dos Prazeres*³⁶. Porém, em nenhum dos seus livros Prazeres menciona este poeta.

33 Cf. *ibid.*: 141.

34 Vide Albuquerque 2001: 1789-1790.

35 Vide Ramos 2007. BNP [Biblioteca Nacional de Portugal], COD. 7435.

36 Cf. Lopez 1609.

Já aqui se afirmou que as ideias políticas defendidas por Frei João dos Prazeres eram comuns no seu tempo. Para o provar, tudo o que precisamos de fazer é ler o *Abecedário Real*³⁷. Prazeres mostra como um príncipe católico se deve comportar, quão respeitador deve ser da sua Fé e como deve fazer para agir de acordo com os seus princípios. Ao mesmo tempo, as noções de Prudência e Moderação unem-se às ideias do autor, com recurso a dois importantes filósofos da Antiguidade Romana, Séneca e Cícero. Estes nomes não surgem isolados, mas juntamente com outros pensadores antigos e doutores da Igreja, tanto antigos como medievais³⁸.

Para dar um exemplo de como os antigos se cruzam com os modernos, observe-se precisamente o tópico da razão de Estado em Frei João dos Prazeres. Primeiro, trata-se da *verdadeira* razão de Estado, ou razão de Estado católica – este é um fator sobremaneira importante, pois verifica-se um elo entre os valores católicos e as noções de Moderação e Prudência, do mesmo modo que a influência visível de Justo Lúpsio parece validar esta ideia. Confirma-se o que foi escrito anteriormente: o pensamento de Prazeres está bem inserido nas ideias políticas do seu tempo e do contexto ibérico³⁹. De entre todo esse ideário, podemos ainda destacar a valorização do papel do rei e o imobilismo político (fatores enunciados por Martim de Albuquerque para caracterizar a cultura

160

37 Além da edição original do século XVII, disponibilizada no acervo eletrónico da Biblioteca Nacional de Portugal, existem ainda duas edições modernas do texto, uma de 1943 e outra de 2016, todas citadas na bibliografia.

38 Não é este o tema do artigo, mas os Padres da Igreja são também muito citados por Frei João dos Prazeres. S. Bernardo de Claraval tem 20 referências, Gregório Magno tem 18 (o mesmo número que Séneca ou Cícero, por exemplo), S. João Crisóstomo 12, S. Ambrósio 10 e S. Agostinho 9, só para dar alguns exemplos.

39 Quando escrevemos que Prazeres se insere nas ideias políticas da sua época na Península Ibérica, enquadramo-lo precisamente no conjunto de teóricos políticos hispânicos que defendem uma razão de Estado diferente da proposta pelos italianos e franceses, que eles associam ao ateísmo. Pelo contrário, autores como Pedro Barbosa Homem utilizam a expressão “razão de Estado verdadeira, o razão de Estado Catholica, y Christiana” (cf. Barbosa Homem 1626: Prefacion, a. 3).

política barroca⁴⁰). Todas estas ideias estão presentes no *Abecedário Real*. Não obstante, o pensamento de Prazeres parece ser mais influenciado pelos escritos dos antigos do que pelos dos modernos. Lípsio, embora pareça ser uma referência importante (pelo modo como o seu conceito de “discrção” está presente no *Abecedário Real*), é citado apenas uma vez e praticamente isolado. Excetuando cinco menções a Erasmo de Roterdão⁴¹, alguns dos nomes do pensamento moderno estão completamente ausentes, como Botero ou Bodin.

Escrevemos também que os autores antigos citados no *Abecedário Real* eram diferentes do usual, mas isto não corresponde totalmente à verdade. Sim, há de facto algumas diferenças, mas há igualmente bastantes semelhanças. Observe-se o caso do 3.º Conde da Ericeira, D. Luís de Menezes, na *História de Portugal Restaurado*:

«Não podia Tito Livio eximirse de contar os excessos de Tarquino, originandose da sua lacúvia a mudança de Reys á Republica no Imperio Romano: mas pudéra Quinto Curcio encobrir os vicios de Alexandre Magno, que não lhe embaraçaraõ as victorias da Asia»⁴²

161

Aqui, surgem dois nomes em comum com o *Abecedário Real*: Tito Lívio e Quinto Cúrcio Rufo. O segundo é referenciado apenas uma vez em todo o *Abecedário Real*, não assumindo grande importância no livro; Lívio, por outro lado, é citado seis vezes na obra, o que demonstra uma certa relevância deste historiógrafo para Frei João dos Prazeres. Deste modo, Prazeres aproxima-se de D. Luís de Menezes no que toca ao uso dos Clássicos.

A aproximação entre Frei João dos Prazeres e D. Luís de Menezes pode parecer algo forçada, mas o mesmo não se pode afirmar sobre a

40 Vide Albuquerque 2000: 363-364.

41 Cf. Prazeres 1692: 143; 168; 169; 173; 191.

42 Cf. Menezes 1751: X-XI.

seguinte passagem das *Notícias de Portugal*, de Manuel Severim de Faria, onde não se observa semelhanças, mas de correspondências diretas:

«como se vê entre os filósofos nas obras de Platão e Aristóteles, nos *Morais* de Plutarco, e nas de quase todos os padres, principalmente S. Basílio, S. Gregório Nazianzeno, S. Jerónimo, e na maior parte das de S.to Agostinho. E [...] não são menos estimados os *Opúsculos* de S. Tomás, e Dionísio Cartusiano»⁴³

Note-se os autores mencionados: Platão, Aristóteles, Plutarco. Os três foram previamente referidos neste artigo. Não só o conteúdo dos escritos de Prazeres é semelhante aos autores coevos, mas, por vezes, também os autores clássicos por ele citados o são. Se continuarmos a ler esta lista, veremos mais semelhanças: Gregório Nazianzeno, Santo Ambrósio, Santo Agostinho, São Tomás de Aquino. Os mesmos autores utilizados por Frei João dos Prazeres. Surge assim uma outra hipótese em relação à utilização dos Clássicos: em vez de se considerar que Prazeres não alinhava com os restantes pensadores da sua época em relação aos mais importantes escritos da Antiguidade, afigura-se mais correto afirmar que no contexto do discurso político os autores mais citados eram outros. Por esse motivo, não são de estranhar as ausências de Ovídio, Homero ou Vergílio, dado que estes não seriam considerados muito importantes para a retórica política. Ao invés, Platão, Aristóteles ou Plutarco são fundamentais para a construção do discurso político desde a própria Antiguidade.

Tal como Manuel Severim de Faria (e, em certa medida, D. Luís de Menezes), Frei João dos Prazeres usa os Clássicos para justificar as suas afirmações. No século XVII, o nascimento de novas ideias políticas estava dependente da (re)descoberta dos Clássicos. A razão de Estado, por exemplo, implica fortemente o conhecimento dos historiadores da Antiguidade, como Tito Lívio ou Cornélio Tácito. Com efeito, há

43 Vide Severim de Faria 2018: 187-188.

historiadores que defendem que a razão de Estado tem as suas origens precisamente nos trabalhos desses historiógrafos da Antiguidade, na sua descrição dos eventos políticos, bem como no pensamento de alguns políticos antigos, como Cícero e a sua *ratio reipublicae*, mas também de historiógrafos e filósofos como Tucídides, Políbio ou Aristóteles⁴⁴.

Os pensadores ibéricos, contudo, não aceitam *ipsis verbis* as leituras da Antiguidade Clássica. É verdade que a *similitudo temporis* favorece a integração de Tácito nas leituras políticas do século XVI, mas isso não significa que, no espaço ibérico, os homens de Estado, os príncipes, possam agir sem ter em consideração os princípios da ética católica. Nesse sentido, é importante verificar de que maneira se faz a ligação entre os dois mundos, o do pensamento político clássico e o da ética católica.

Séneca é um exemplo interessante. Juntamente com Cícero, é um dos autores clássicos mais frequentemente citados por Prazeres. A sua importância assenta no facto de ele oferecer alguns princípios éticos à Política, sempre com o objetivo de melhorar as ações do príncipe. Veja-se algumas das citações de Séneca, presentes no *Abecedário Real*:

«Unum est inexpugnabile munimentum amor ciuium.» Sén., *De Clem.*, 1, 19, 6.

«Verecundiam peccandi facit ipsa clementia regentis: grauior multo poena uidetur quae a miti uiro constituitur.» Sén., *De Clem.*, 1, 22, 3.

«Est ergo, ut dicebam, clementia omnibus quidem hominibus secundum naturam, maxime tamen decora imperatoribus, quanto plus habet apud illos, quod seruet, quantoque in maiore materia adparet.» Sén., *De Clem.*, 1, 5, 2.

Com estas passagens pertencentes ao *De Clementia*, de Séneca, citadas no *Abecedário Real*⁴⁵, percebe-se como é possível conjugar os dois modelos.

44 Vide Burke 1991: 484.

45 Vide Prazeres 1692: 136; 162.

A razão de Estado, ou melhor, a *verdadeira* razão de Estado, torna-se possível com recurso aos exemplos clássicos. Ao utilizar o *De Clementia*, Prazeres não está apenas a citar um qualquer texto antigo para dar valor às suas afirmações. Pelo contrário, o monge quer demonstrar que os princípios da ética católica são válidos para a Política, mesmo entre os pagãos: não são apenas os católicos que fazem uso da Clemência e da Misericórdia, já Séneca havia sugerido ao menos cristão dos imperadores que usasse destes princípios, mediante uma lógica política e sem pretensões humanistas.

Com o *Abecedário Real*, Frei João dos Prazeres demonstra que a Religião não tem necessariamente de estar apartada da Política. Nas palavras de um dos censores do livro, Frei Manuel Leitão, da Ordem dos Pregadores, “como se da melhor Política não fosse base, & fundamento a Virtude, & Religião”⁴⁶. Com efeito, Frei Manuel Leitão referia-se à acusação tradicional de que os padres não davam bons políticos, talvez porque a ética católica seria inconciliável com a razão de Estado. Prazeres, contudo, mostra precisamente como ambas podem ser conciliadas, sendo isso uma consequência direta da utilização dos Clássicos na obra. Denote-se que a par da eloquência da sua escrita, a erudição de Prazeres é o ponto mais relevado pelos diversos censores⁴⁷. Essa erudição consiste precisamente na capacidade de introduzir no texto as máximas dos escritores da Antiguidade, bem como dos Doutores da Igreja.

A Clemência transforma-se assim num princípio demonstrativo de como o bom político é também o virtuoso e religioso: por um lado, está de acordo com a moral católica, por outro, é útil ao Príncipe, na medida em que traz benefícios à arte de governar, como é demonstrado no já citado tratado de Séneca.

Mas, como vimos, a utilização dos Clássicos não se esgota com Séneca. Em todo o *Abecedário Real*, Cícero tem o mesmo número de citações que

46 Cf. *ibid.*: X.

47 Vide *ibid.*: VII-XX.

o preceptor de Nero. Veja-se, então, as quatro primeiras vezes em que o político romano é mencionado:

«Recte invictus, cujus etiam si corpus constringatur, animo tamen vincula injici nulla possunt»⁴⁸.

«Animi morbi sunt cupiditates»⁴⁹.

«Animus solus nec cum adest, nec cum discedit apparet»⁵⁰.

«Tum illud unum considerandum est, ut pro dignitate cujusque tribuatur, in quo mores spectandi ejus, in quem beneficium confertur»⁵¹.

Estas citações, provenientes de três trabalhos distintos de Cícero (respetivamente, *De Finibus*, *Cato Maior*, *De Officiis*), resumem-se às tradicionais máximas, ensinamentos, a meros conselhos práticos que o Príncipe deve seguir se quiser que a sua governação chegue a bom porto. Prazeres usa as duas primeiras frases para explicar como deve ser o ânimo do monarca; a terceira destina-se a apresentar as características do Príncipe belicoso, começando o autor por afirmar que “he inutil o animo, sem o exercicio das forças”⁵²; a quarta insere-se no tópico do Príncipe benéfico, afirmando-se que ele deve sê-lo, mas tendo sempre em consideração a atitude dos outros para com ele.

Estas citações são em tudo iguais às outras que enriquecem o livro com a sapiência dos Clássicos. É precisamente nisso que reside o seu interesse: em momento algum, Prazeres estabelece uma oposição entre a *auctoritas* dos antigos e os valores dos pensadores cristãos. De facto, sobressai a perfeita articulação entre uns e outros. Com isto, pretende-se demonstrar que os valores corretos, a verdadeira razão de Estado, mas mais do que isso, a verdadeira arte de reinar, sempre foram defendidos

48 Cf. *ibid.*: 137.

49 Cf. *ibid.*: 137-138.

50 Cf. *ibid.*: 138.

51 Cf. *ibid.*: 139-140.

52 Cf. *ibid.*: 14.

pelos grandes políticos, fossem eles cristãos ou pré-cristãos. A estes, cujos conselhos devem ser tomados em consideração, opõem-se os teóricos maquiavélicos, que defendem valores contrários aos católicos.

Trouxemos os exemplos de Séneca e Cícero porque são provas claras para o que queremos demonstrar: Prazeres recorre aos Clássicos, mas ao fazê-lo, não se desconecta das ideias políticas do século XVII. A verdadeira razão de Estado, a verdadeira arte de governar, é dependente dos princípios católicos, mas também dos historiógrafos e filósofos da Antiguidade Clássica. Quando cita os Clássicos, Frei João dos Prazeres tem sempre em consideração esse duplo referente. Séneca transforma-se assim num autor particularmente fácil de introduzir no discurso político barroco. Por certo, o filósofo nunca foi cristão, mas os seus valores são facilmente conciliáveis com o Cristianismo⁵³.

166

Após este breve percurso por um texto de Frei João dos Prazeres, que podemos concluir a seu respeito?

No *Abecedário Real*, o uso dos Clássicos é facilmente enquadrável no contexto do pensamento político ibérico. Com efeito, não é apenas enquadrável, mas fundamental. A utilização dos Clássicos, da sua autoridade, contribui para fazer frente a esse pensamento político “ateísta” (pelo menos, de acordo com os seus detratores), desenvolvido por homens como Maquiavel ou Bodin. Prazeres, juntamente com outros autores católicos do seu tempo, combate a política amoral com as armas que os seus próprios arquitetos utilizavam. Frei João dos Prazeres mostra que os Clássicos não seriam favoráveis a uma atuação errada, contra a moral. Pelo contrário, mesmo entre os autores pré-cristãos é possível encontrar linhas para uma conduta justa e equilibrada.

53 Sobre a relação entre Séneca e os escritores cristãos da Antiguidade, vide Torre 2015: 266-276.

Frei João dos Prazeres não está sozinho quando utiliza os Clássicos para justificar as regras corretas para o governo da *respublica* de acordo com a moral católica. Pelo contrário, como se viu na parte final deste artigo, outros autores portugueses desta época também o faziam. Mas o que pensamos dever sublinhar aqui é que o *Abecedário Real* se apresentava como uma síntese da cultura política da sua época que pretendia ser apelativa para a formação do príncipe.

O conteúdo da obra, todavia, não é original, tal como não o é a organização do texto num formato alfabético (veja-se o exemplo de D. Diego de Albornoz, com a *Cartilla Política, y Christiana*⁵⁴). Mas Prazeres não se limita a compilar sentenças, ele faz muito mais do que isso. Direcionado para a educação do jovem príncipe D. João (futuro D. João V), o *Abecedário Real* contém 63 discursos políticos e morais que mostram como deve ser a atuação do príncipe. Mais do que isso, o texto é simples de ser lido: Prazeres conjuga a escrita sentencial e exemplar com comparações capazes de suscitar o interesse de uma criança (como é o caso das joias ou da arte de navegar⁵⁵). O estudo deste pequeno livro de Frei João dos Prazeres assume-se por isso como um importante contributo para a investigação sobre a cultura política do final de 1600. Ao mesmo tempo, permite observar até que ponto os Clássicos eram necessários para a construção dessa cultura política, mesmo quando se tratavam

167

54 Este livro que antecede em c. 25 anos o *Abecedário Real* organiza também os discursos alfabeticamente (vide Albornoz 1667), sendo este um expediente literário típico do Barroco, de acordo com Martim de Albuquerque (cf. Albuquerque 2001: 1784).

55 Alguns exemplos são, para o caso das joias (ou metais preciosos): “Por mais qualificada que seja a pessoa, he diamante bruto, em quanto não qualifica o juízo” (cf. Prazeres 1692: 1); “soubera, que os naturaes, & estrangeiros tem a semelhantes Principes na conta de joyas falsas, que não são estimadas pelo valor, senão pelo artificio” (cf. *ibid.*: 37); “esta virtude, augmenta os quilates da estimação” (cf. *ibid.*: 62). No caso da arte de navegar: “Circunspecto na especulação dos negocios deve ser o Principe, para conhecer a verdade; por não cair no erro do Piloto, que perdeo a embarcação, porque não sondou os baixos do pégo” (cf. *ibid.*: 21); “Senhor, a Descrição Política, he o leme por onde se governão as Monarquias; estas, assim como as embarcações, seguem o rumo, que lhes mostra a sciencia do Piloto” (cf. *ibid.*: 27-28); “Senhor, a embarcação, quanto mais veleira, mais depressa dà à costa” (cf. *ibid.*: 32).

de livros mais simples, hoje considerados secundários pelos estudiosos face a outros textos – e autores – muito mais relevantes (como Severim de Faria ou D. Luís de Menezes).

BIBLIOGRAFIA E FONTES:

Fonte principal:

Prazeres, J. (1692), *Abecedario Real, E Regia Instrucçam de Principes Lusitanos, Composto de 63. Discursos Politicos, & Moraes: Offerecido ao Serenissimo Principe Dom Joam N.S. Pelo M.R.P.Fr. Joam dos Prazeres, Prègador Gèral, & Chronista mdr da Religiaõ do Principe dos Patriarcas Sam Bento*, Lisboa.

Braga, L. A., (ed., 1943), Prazeres, J., *Abecedário Real*, Porto.

Kemmler, R. (ed., 2007), Prazeres, J., *Abecedário Real e Régia Instrução dos Príncipes Lusitanos*, Coimbra. Disponível em <https://www.uc.pt/uid/celga/recursosonline/cecppc/textosempdf/02abecedarioreal>

168

Fontes manuscritas:

ANTT [Arquivo Nacional da Torre do Tombo], *Ordem de São Bento*, Congregação de São Bento, livro 1. Mf. 3602.

BNP [Biblioteca Nacional de Portugal], COD. 7435.

Fontes impressas:

Albornoz, D. (1667), *Cartilla Politica, y Christiana*, Lisboa.

Barbosa Homem, P. (1626), *Discursos de la Juridica y Verdadera Razon de Estado, formados sobre la vida y acciones del Rey don Juan el II, de buena memoria, Rey de Portugal, llamado vulgarmente el Principe Perfecto*, Coimbra.

Flacelière, R., Chambry, E. (1973), Plutarco. *Vies. VIII. Sertorius – Euméne. Agésilas – Pompée*, tradução, introdução e notas, Paris.

- Lopez, D. (1609), Flaco, A. P., *Aulo Persio Flacco, traduzido en lengua Castellana, por Diego Lopez, natural de la Villa de Valencia, Orden de Alcantara, y Preceptor en la ciudad de Toro. Com declaracion Magistral, en que se declaran todas las Historias, Fabulas, Antiguedades, Versos difficultosos, y moralidade que tiene el Poeta. Dirigido al Maestro Balthasar de Cerpedes, Cathedratico de Prima de Latinidad, y letras humanas, en la insigne Universidad de Salamanca, Burgos.*
- Menezes, L. (1751, 2ª ed.), *Historia de Portugal Restaurado. Em que se dá noticia das mais gloriosas acções assim politicas, como militares, que obráráo os Portuguezes na restauração de Portugal, desde o primeiro de Dezembro de 1640, até ao principio do anno de 1643, parte I, tomo I, Lisboa.*
- Prazeres, J. (1683), *O Principe dos Patriarcas S. Bento, Primeiro Tomo De sua Vida, discursada em Emprezas Politicas e Predicaveis pello M.to R.do P.e Prégador Gérál Fr. Joaõ dos Prazeres Chronista da Religiaõ deste Pay das Religioens Todas Natural da Cidade do Porto, Offerecido Ao Reverendissimo Pe Fr Joaõ Ozorio Dom Abbade Geral da Comgregação do mesmo Principe, Lisboa.*
- Prazeres, J. (1690), *O Principe dos Patriarcas S. Bento, Segundo Tomo De Sua Vida, Discursada em Emprezas Politicas, & Moraes. Pelo M. R. Padre Prègador Gèral Frey Joam dos Prazeres, Chronista Mòr da Congregação do mesmo Principe, natural da Cidade do Porto. Offerecido ao Reverendissimo Padre Frey Vicente dos Santos, D. Abbade Gèral da Religiaõ deste Pay das Religioes todas. E Por Elle Dedicado ao Eminentissimo Senhor D. Joseph de Aguirre Cardeal da Santa Igreja Romana Monje Benedictino, Lisboa.*
- Prazeres, J. (1696), *Epitome da admiravel Vida de S. Gertrudis a Magna, Virgem, e Abbadessa da Ordem do Principe dos Patriarcas S. Bento. No qual se resume o Principio de sua virtude, o Progresso de sua santidade, e o Fim de sua vida, com hum Compendio de varias Oraçoens. Ordenado por Fr. Joam dos Prazeres, Prègador Gèral, e Chronista Mór da mesma Religiaõ. Offerecido ao Lado Sacramental de Jesu Christo, Lisboa.*
- Prazeres, J. (1728), *Epitome da admiravel Vida de S. Gertrudis a Magna, Virgem, e Abbadessa da Ordem do Principe dos Patriarcas S. Bento. No qual se resume o Principio de sua virtude, o Progresso de sua santidade, e o Fim de sua vida, com hum Compendio de varias Oraçoens. Ordenado por Fr. Joam dos Prazeres, Prègador Gèral, e Chronista Mór da mesma Religiaõ. Offerecido ao Lado Sacramental de Jesu Christo, Lisboa Occidental.*
- Severim de Faria, M. (2018), “Notícias de Portugal”, in G. O. Martins, A. Costa, R. Pistola (eds.), *Primeiros Escritos de Economia, Lisboa.*

Bibliografia:

- Abreu, I. S. (2000), *Simbolismo e Ideário Político. A educação ideal para o príncipe ideal seiscentista*, Lisboa.
- Albuquerque, M. (2000), *Estudos de Cultura Portuguesa (vol. 2)*, Lisboa.
- Albuquerque, M. (2001), “Simbolismo e ideário político em Portugal no século XVII. Notas a propósito de Fr. João dos Prazeres. O Príncipe dos Patriarcas e o Abecedário Real”, *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa* 42. 2: 1763-1792.
- Burke, P. (1966), “A Survey of the Popularity of Ancient Historians, 1450-1700”, *History and Theory* 5. 2: 135-152. doi:10.2307/2504511.
- Burke, P. (1991), “Tacitism, scepticism, and reason of state”, in J. H. Burns, & M. Goldie (eds.), *The Cambridge History of Political Thought. 1450-1700*, Cambridge, 479-498.
- Curto, D. R. (1988), *O Discurso Político em Portugal (1600-1650)*, Lisboa.
- 170 Fernandes, M. L. C. (1996), “História, santidade e identidade. O *Agiologio Lusitano* de Jorge Cardoso e o seu contexto”, *Via Spiritus* 3: 25-68.
- Gajda, A. (2009), “Tacitus and political thought in early modern Europe, c. 1530-c. 1640”, in A. J. Woodman (ed.), *The Cambridge Companion to Tacitus*, Cambridge, 253-268.
- Gouveia, A. C. (1998), “Educação e Aprendizagens. Formas de poder na paideia do Portugal moderno”, *Ler História* 35: 11-44.
- Grafton, A. (1997), *Commerce with the Classics*, Ann Harbor.
- Lopéz Poza, S. (1990), “Florilegios, polyantheas, repertorios de sentencias y lugares comunes. Aproximación bibliográfica”, *Criticón* 49: 61-76.
- Ramos, M. O. (2007), “A Biblioteca de S. Martinho de Tibães”, *Bracara Augusta. Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga*, LV (110), Dissertação de Mestrado em Arquivos, Bibliotecas e Ciência da Informação apresentada à Universidade de Évora.
- Skinner, Q. (1978), *The Foundations of Modern Political Thought (vol. 1)*, Cambridge.
- Soares, N. C. (1992), “Humanismo e História: *Ars Scribendi* e o Valor do Paradigma”, *Máthesis* 1: 153-159.

Soares, N. C. (1994), *O Príncipe Ideal no Século XVI e a Obra de D. Jerónimo Osório*, Coimbra.

Soares, N. C. (2017), “Internacionalização do saber e discurso literário no Renascimento”, in N. C. Soares, & C. Teixeira (eds.), *Legado clássico no Renascimento e sua recepção: contributos para a renovação do espaço cultural europeu*, Coimbra, 17-42.

Torre, C. (2015), “Seneca and the Christian Tradition”, in S. Bartsch, & A. Schiesaro (eds.), *The Cambridge Companion to Seneca*, Cambridge, 266-276.